

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Bahia

Class.: 32

Data: 19.08.82

Pg.: \_\_\_\_\_

### Posse de terras

# Funai é denunciada por aterrorizar fazendeiros

## Agentes de metralhadoras espalham o terror

O secretário geral da Federação da Agricultura da Bahia, Fernando Andrade, taxou ontem de "ignóbil" a ação que a Funai (Fundação Nacional do Índio) promove contra cerca de 250 grandes, médios e pequenos produtores rurais do sul do Estado. Denunciou ainda que o delegado da Funai para os Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, acompanhado de agentes federais armados de metralhadoras, granadas de mão e bombas de efeito moral tem invadido fazendas expulsando seus proprietários a maioria deles com títulos assinados pelos governadores do Estado da Bahia de 30 e até 40 anos atrás.

"Eles invadem, depredam e atemorizam proprietários e trabalhadores de uma área de cerca de 60 mil hectares", disse Fernando Andrade, lamentando que num momento tão delicado da vida do país, o próprio Governo crie um profundo desequilíbrio na região cacauífera, "se o crédito já estava difícil, agora se tornou impossível com esta ação judicial, trazendo profundos

reflexos sociais".

### COM O GOVERNADOR

Eles estiveram ontem com o governador Antônio Carlos Magalhães, que garantiu se integrar na luta a fim de contestar a ação da Funai, "o governador se prontificou inclusive a testemunhar em juízo dos produtores rurais ameaçados" disse Andrade, afirmando que a área produz riquezas em forma de divisas para o país com as culturas de cacau, café e uma sofisticada pecuária de alto nível de corte e leite bem como uma cultura de subsistência que facilita a alimentação dos donos das roças e das populações de vários centros urbanos existentes na área.

### VIOLENCIA

O fazendeiro Jener Pereira Rocha um dos mais prejudicados da área e que foi expulso de sua fazenda pelo delegado da Funai que estava acompanhado de agentes da Polícia Federal, disse que a Funai argumenta uma lei de número 1.916 de 9 de agosto de 1926 que seria a área reservada para os índios e o horto

florestal mas afirma que não foi feita doação porque não tinha índio e no próprio decreto são respeitadas as posses já estabelecidas. Segundo ele, a Funai, depois disto, arrendou áreas assumidas mas os governadores daquela época para cá, vieram emitindo títulos dentro da área estabelecendo-se fazendas, onde hoje são colhidas 300 mil arrobas de cacau residindo no local mais de 50 mil pessoas. Ele mesmo tem dois títulos, um datado de 6 de julho de 1962, e outro bem mais antigo, de 1938, assinado pelo ex-governador Landulpho Alves e lamentou que a Funai não respeitou esses títulos que segundo disse, antes de serem doados a notícia e publicado no Diário Oficial para o protesto dos prejudicados: "Nunca a Funai nem ninguém protestou sendo concedidos 426 títulos e só agora que a área compreendendo oito municípios está toda beneficiada com fazendas, pastagens, açudes, criatórios e outras benfeitorias, que a Funai acha de tentar reaver as terras?" perguntou.

## Um apelo ao Governador

Os produtores agrícolas, liderados pelo secretário geral da Federação da Agricultura entregaram ao governador Antônio Carlos Magalhães o seguinte documento:

"Mais de mil lavradores e pecuaristas localizados nos municípios de Itaju do Colônia, Pau Brasil, Camacã e Itapetinga, que tem suas propriedades e posses situadas na antiga reserva florestal do Estado da Bahia, criada pela Lei n° 1.916, de 09 de agosto de 1926, numa faixa de mais de 60 mil hectares, entre o Rio Colônia e o Rio Pardo, estão surpreendidos e revoltados com o comportamento da Funai — Fundação Nacional do Índio, primeiro, invadindo a mão armada e se apoderando da propriedade de Jener Pereira Rocha, localizada no município de Pau Brasil, que a possui há mais de trinta anos ininterruptos e, agora, no último dia 04, ingressando com notificação e ação declaratória, visando rescindir contratos de arrendamento firmados com o antigo Serviço de Proteção aos Índios, já caducos, e anular os títulos de propriedade expedidos pelo Estado da Bahia e registros respectivos, compreendendo terras da citada reserva florestal, que dizem, na petição inicial, atingir os municípios de Vitória da Conquista, Itambê, Itapetinga, Itaju do Colônia, Pau Brasil, Camacã e Canavieiras.

Sabemos da participação litisconsorcial do Estado da Bahia na questão, sobretudo com o recebimento do telex de V. Exa., garantindo aos prejudicados o apoio incondicional do Estado da Bahia, inclusive patrocinando a defesa judicial das terras pretendidas e das propriedades instaladas. A Assembleia aplaudiu calorosamente o apoio de V. Exa.

Não obstante, Sr. governador, o absurdo está materializando, objetivamente, na pretensão deduzida em juízo pela Funai. Não se trata mais de uma ameaça; a ação está proposta, correndo o prazo para contestação. As providências, agora, têm de ser urgentes e firmes, corajosas e definitivas. Não há tempo a perder. Está em jogo o patrimônio de mais de mil famílias, envolvendo milhares de pessoas, que constroem, em quase meio século de trabalho uma autêntica civilização no Sul da Bahia, nas terras da citada reserva florestal. Nessa faixa de terras, estão implantadas mais de mil propriedades, cacauíeras e pecuárias. Segundo dados colhidos junto aos escritórios da Ceplac, a produção cacauífera, nessa área, atinge, já, trezentos mil arrobas, o que representa uma renda anual, média, de 10 bilhões de cruzeiros, pelos preços atuais. Por outro lado, o rebanho bovino, segundo informações dos escri-

tórios do GERFAB, já ultrapassou cento e trinta mil cabeças, o que representa um valor estimado de 4 bilhões de cruzeiros. Isto sem arrolar as culturas de subsistência — cereais, mandioca, café, e o criatório de suínos, caprinos, ovinos, equinos e muareis.

É necessário salientar, ainda, que a Funai, espontaneamente, fechou os seus escritórios na região há mais de doze anos, em virtude da ausência de índios e consequentemente de objeto administrativo.

A gravidade e urgência da situação criada pela Funai determinou a reunião dos posseiros e proprietários atingidos, em Assembleia permanente, instalada, aqui em Itabuna, no Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, absolutamente unidos e resolvidos a desenvolver uma luta decisiva pela defesa e garantia de suas propriedades, certos de que contarão com V. Exa. no comando dessa luta, com a mesma bravura como tem se comportado noutras situações.

Estamos certos de V. Exa. conseguirá resolver a questão antes de expirar-se o prazo de contestação, pondo um ponto final na disputa, pela Funai, das terras da antiga Reserva Florestal do Estado da Bahia. Os lavradores e pecuaristas apelam e confiam em V. Exa."